

## **Estrangeirismo: um fenômeno na contramão da interculturalidade entre brasileiros e os outros latino-americanos?**

**Michel Mott Machado** (UMC) - michelmottmachado@gmail.com

**Maria Luisa Mendes Teixeira** (UPM) - malluluisa@gmail.com

### **Resumo:**

*O Brasil tem tido destaque no estoque absoluto de estrangeiros nascidos na América Latina e Caribe (BAENINGER, 2012), o que tem suscitado alertas sobre o recrudescimento da xenofobia, especialmente os de origem africana e latino-americana (ver REIS, 2011), pois várias são as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros (BARUKI; BERTOLIN; DIAS, 2009). Este ensaio teórico teve por objetivo refletir sobre o fenômeno do estrangeirismo e como este traço cultural brasileiro pode influenciar a maneira como os nativos vulnerabilizam as relações com estrangeiros de origem latino-americana em sua vivência no país. Pretendeu-se avançar sobre os entendimentos voltados ao estrangeirismo com uma inovação conceitual, cuja base*

*consiste em trazer alguns aspectos que ressaltam a ambivalência e a complexidade deste traço cultural nativo. Argumenta-se que o estrangeirismo nativo obstaculiza a adaptação intercultural com os outros latino-americanos. O presente estudo possui um caráter de denúncia social, pois reconhece algumas das dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros de origem latino-americana no Brasil, o que se choca à crença tão disseminada entre os nativos acerca de sua “hospitalidade natural”.*

**Palavras-chave:** *Estrangeirismo; Interculturalidade; Dignidade; Expatriação; América Latina.*

**Área temática:** *GT-01 Organizações e Interculturalidade*

## **ESTRANGEIRISMO: UM FENÔMENO NA CONTRAMÃO DA INTERCULTURALIDADE ENTRE BRASILEIROS E OS OUTROS LATINO-AMERICANOS?**

Michel Mott Machado

Universidade de Mogi das Cruzes; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. *E-mails:* [michel.machado@umc.br](mailto:michel.machado@umc.br); [michel.machado@cps.sp.gov.br](mailto:michel.machado@cps.sp.gov.br)

Maria Luisa Mendes Teixeira

Universidade Presbiteriana Mackenzie. *E-mail:* [marialuisa.teixeira@mackenzie.br](mailto:marialuisa.teixeira@mackenzie.br)

### **Resumo**

O Brasil tem tido destaque no estoque absoluto de estrangeiros nascidos na América Latina e Caribe (BAENINGER, 2012), o que tem suscitado alertas sobre o recrudescimento da xenofobia, especialmente os de origem africana e latino-americana (ver REIS, 2011), pois várias são as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros (BARUKI; BERTOLIN; DIAS, 2009). Este ensaio teórico teve por objetivo refletir sobre o fenômeno do estrangeirismo e como este traço cultural brasileiro pode influenciar a maneira como os nativos vulnerabilizam as relações com estrangeiros de origem latino-americana em sua vivência no país. Pretendeu-se avançar sobre os entendimentos voltados ao estrangeirismo com uma inovação conceitual, cuja base consiste em trazer alguns aspectos que ressaltam a ambivalência e a complexidade deste traço cultural nativo. Argumenta-se que o estrangeirismo nativo obstaculiza a adaptação intercultural com os outros latino-americanos. O presente estudo possui um caráter de denúncia social, pois reconhece algumas das dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros de origem latino-americana no Brasil, o que se choca à crença tão disseminada entre os nativos acerca de sua “hospitalidade natural”.

**Palavras-chave:** Estrangeirismo; Interculturalidade; Dignidade; Expatriação; América Latina.

## Introdução

O final de século XX e o início do século XXI, trouxe profundas transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em âmbito internacional (BAENINGER, 2012). Nesta direção, deve-se reconhecer que mudanças oriundas do processo de reestruturação produtiva, por sua vez, trouxe implicações à mobilidade de capital e de pessoas em diferentes partes do globo (SASSEN, 1988).

Diante desse cenário, ocorreram consequências nos contextos da imigração latino-americana e do Brasil (BAENINGER, 2012), sendo que, de um ponto de vista da contextura da integração econômica regional latino-americana, a permeabilidade das fronteiras tem permitido uma intensificação dos deslocamentos de população pela modalidade fronteira ou mesmo transfronteira (*IDEM*).

Acrescente-se que no contexto das migrações internacionais da América Latina e Caribe, no ano de 2008, o Brasil já ocupava posição de destaque na região, sendo que os destinos preferenciais dos chamados trabalhadores globais para o país, entre 1990-2000, eram as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas pela hierarquia urbana nacional, como metrópoles globais (BAENINGER, 2008). Dados da IMILA/CELADE (*apud* BAENINGER, 2012, p. 12), no ano de 2006, já indicavam que o Brasil ocupava, dentre os países da região, “o quarto maior estoque absoluto de estrangeiros nascidos na América Latina e Caribe (118.525 pessoas)”.

Assim, apesar da sinalização de crescimento do processo migratório intraregional no contexto da América Latina e Caribe, o que vem a ocorrer pelo menos nos últimos trinta anos, o que se verifica é que a maior parte das pesquisas que envolvem o fenômeno da expatriação, imigração, migração, a questão dos refugiados, ainda demonstram pouca ênfase sobre a realidade de países latino-americanos, pelo menos no campo dos estudos organizacionais.

Para fins de uma simplificação em nossa análise, tomou-se emprestado o entendimento “aglutinador” de González e Oliveira (2011, p. 1123), sobre o fenômeno da expatriação, sendo o mesmo compreendido “pela sua raiz etimológica latina (*ex patria*, “fora da pátria”), afeta a todos os indivíduos que residem temporária ou permanentemente em um país diferente daquele onde nasceram”. Portanto, ao se tomar o termo em sua raiz, o mesmo pode “abraçar” outros conceitos empregados em contextos teóricos e empíricos vários.

Nessa direção, pensa-se, é necessário que no Brasil estejamos atentos ao recrudescimento da xenofobia, especialmente os de origem africana e latino-americana, haja vista que os relatos de extorsão e de discriminações diversas são frequentes, principalmente em São Paulo (REIS, 2011). Esta compreensão é importante, pois várias são as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros (manifestações de intolerância, discriminação, tráfico humano, violência institucional etc.), em diferentes países, inclusive no Brasil, sobretudo aqueles em condições de maior vulnerabilidade, como é o caso dos que se encontram na condição de clandestinidade (BARUKI; BERTOLIN; DIAS, 2009).

Impõe-se, assim, um (re)debruçar sobre a questão da expatriação, mas agora num sentido emancipatório, isto é, a partir da busca de tornar visível aquilo que fora

posto na invisibilidade, pois a depender do conceito adotado, poderá produzir-se ausências ou não existências sobre os grupos historicamente desfavorecidos.

Na busca de relações sociais permeadas pela ideia de interculturalidade, não seria cabível a perspectiva da adaptação cultural do expatriado, que pressupõe, em certo senso, que os expatriados devem comportar-se na cultura hospedeira de acordo com esta, ou seja, devem ajustar-se/adaptar-se à cultura do país de destino. Isto, à luz do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, no máximo reduziria o processo a uma dimensão multicultural<sup>1</sup>, quando as relações sociais deveriam prezar pelo “reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural, ou seja, uma relação consubstanciada numa ecologia de saberes” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 9).

Na contramão de uma perspectiva intercultural aqui defendida, estudos sugerem que os brasileiros seriam hospitaleiros com expatriados vindos da Europa e dos Estados Unidos – pensados aqui como oriundos do Norte Global<sup>2</sup> –, sendo que o mesmo não ocorreria com expatriados oriundos de países sul-americanos – aqui considerados como oriundos do Sul Global<sup>3</sup> (IRIGARAY; VERGARA, 2010).

Uma forma de tentar compreender este fenômeno, pensa-se, seria por meio da tentativa de entender o (s) reflexo (s) do processo de colonização no imaginário e no modo de ser do brasileiro, sendo que uma das consequências tem sido a fixação pelo que vêm de fora. Assume-se aqui, portanto, que o estrangeirismo, enquanto um traço cultural brasileiro, tende a valorizar o “estrangeiro”, porém não qualquer um, uma vez que o que tende a ser valorizado, são os referenciais dos países ditos de “Primeiro Mundo”, do Norte Global.

Assim, na contramão de uma visão excludente e geradora de violência, buscou-se, por meio do presente ensaio teórico, realizar uma reflexão acerca do fenômeno do estrangeirismo enquanto um traço cultural brasileiro, e que, acredita-se, pode ter uma influência importante sobre a maneira como os nativos vulnerabilizam as relações com estrangeiros de origem latino-americana em sua vivência no país, no sentido mesmo de promoção de violação da sua dignidade.

Além desta introdução, o artigo foi estruturado em três partes. Na primeira, buscou-se refletir sobre os percursos do estrangeirismo e o imaginário social brasileiro. Em seguida, pensou-se sobre o estrangeirismo e o campo dos estudos organizacionais no Brasil; e na terceira parte, buscou-se repensar o próprio conceito de estrangeirismo. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

## **Os percursos do estrangeirismo e o imaginário social brasileiro**

---

<sup>1</sup> O multiculturalismo, na visão de Boaventura de Sousa Santos, parte do pressuposto da existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina (SANTOS, 2010).

<sup>2</sup> O Norte Global corresponderia a termos como “desenvolvidos”, “países ricos”, “centrais”, “Primeiro Mundo”.

<sup>3</sup> Por Sul Global pode-se designar “em desenvolvimento”, “países pobres”, “periféricos”, “Terceiro Mundo” (cada designação é orientada por uma determinada linha teórica-conceitual). Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, por Sul entenda-se uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo.

O substantivo masculino “estrangeirismo” quer dizer, ao pé da letra, “emprego de palavra ou construção estrangeira” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 184). Ao tomarmos o termo em seu significado fundamental, entende-se que se trata do uso de palavra ou alguma expressão que tenha ou não equivalente vernáculo.

No Brasil, de certa forma, o estrangeirismo já intrigava estudiosos desde meados do início do século passado. Christino (2001), por exemplo, constatou que intelectuais de 1920 já manifestavam sua repulsa pelo uso de vocábulos não originados da língua portuguesa, sendo que, neste período, desenvolvia-se no país uma discussão influenciada por um nacionalismo efervescente. Ainda segundo a autora, vários intelectuais defendiam que quanto mais próximos nós estivéssemos da língua culta da literatura portuguesa, mais protegida estaria a língua portuguesa (*IDEM*).

Além disso, ressaltou-se que de forma geral, os estudiosos do período 1920-1945 reconheciam que o léxico nacional se tinha enriquecido com a contribuição das línguas africanas. Por outro lado, discordavam quanto às alterações trazidas por negros (e índios) na conformação da pronúncia, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro. Os interessados na descrição dos falares populares e/ou regionais concederam maior espaço à herança não-branca, que permaneceu praticamente excluída dos tratados voltados para a norma culta e empenhados em ressaltar a unidade linguística entre Brasil e Portugal. (CHRISTINO, Boletim 7, p. 56-57).

Gilberto Freyre, em seu clássico “Casa Grande e Senzala”, à sua maneira, reconheceu a decisiva contribuição trazida pelo negro africano sobre o português falado no Brasil (BORBA, 2012). Para Borba (2012, p. 44), Freyre entendia a língua falada no Brasil “como fruto dos contatos linguísticos que ocorreram ao longo do período colonial”, sendo que, conforme a “visão freyriana, o processo que teria levado à mudança das variedades tem como agentes principais as amas negras e as crianças brancas, agentes de mudanças linguísticas e de mudanças nas relações sociais” (BORBA, 2012, p. 45).

Ainda no que tange à questão da língua, porém numa outra vertente, Ilari (2012) interseccionou a questão do estrangeirismo quando procurava discutir o episódio da independência política e a construção de uma ideologia linguística no Brasil do século XIX. A partir deste intento, um dos temas dominantes foi o do Brasil como país que fala uma língua própria, uma “língua pátria”, uma “língua nacional” ou mesmo uma “língua brasileira” (ILARI, 2012).

Reconheça-se que não é de hoje que se discute o papel do estrangeiro no imaginário social brasileiro, sendo o estrangeirismo um elemento de preocupação de autores nos mais variados campos do conhecimento, como na publicidade (NASCIMENTO; SANTOS, 2010), na literatura e história (BORGES, 2006), informática (MARTINS; MONTEIRO, 2005), na música (CONTIER, 1994), na crítica literária (CANDIDO, 1976), por exemplo.

Assim, vários foram os pensadores brasileiros que teceram algumas considerações sobre o estrangeirismo, porém nem sempre com esse nome. Romero (1954), por exemplo, já apontava sobre a característica brasileira de imitação do estrangeiro no âmbito intelectual. Freyre (1970) aludiu à vocação do brasileiro para mimetizar o que vinha de fora. Holanda (1995) alertou sobre o brasileiro ser um

“desterrado em sua própria terra”, no sentido de que o mesmo tendia a importar de outros países a sua maneira de viver. Guerreiro Ramos (1983), por sua vez, sinalizou a questão tendo como foco a adoção de modelos institucionais dos centros dominantes no mundo, como uma forma mesma de busca de superação do atraso, portanto, com vistas ao progresso.

Seja como for, pode-se dizer, de um ponto de vista histórico, que o fenômeno do estrangeirismo se iniciou com o próprio movimento de colonização exploratória e extrativista empreendida pelos portugueses, transplantando para cá, processualmente, um modelo de sociedade a partir de referências europeias, o que demonstrava, mais ou menos rapidamente, o espírito dominador do colonizador branco em relação aos cativos indígenas da terra e, posteriormente, aos escravizados negros africanos (HOLANDA, 1995).

Ribeiro (1995, p. 19), referindo-se ao surgimento do brasileiro, sinalizou que o mesmo teria surgido “da confluência, do entrecoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”. De fato, este transplante civilizatório não se deu de forma negociada, mas sim por meio de um processo de violência e dominação, sendo que a “negociação” que houve, se assim se poderia dizer, foi entre os “bagos do branco português e o ventre na índia nativa”, dando origem assim, ao proto-brasileiro ou ao “zé-ninguém” (RIBEIRO, 1995).

Uma vertente explicativa que nos pareceu atraente à compreensão da (s) origem (ns) do estrangeirismo entre os nativos, foi a abordagem a partir do psicanalista italiano Contardo Calligaris (1993), que quando da primeira edição de suas notas de viagem ao Brasil, externou seu estranhamento e perplexidade quanto ao projeto de emigrar de muitos brasileiros, representado pelo “aqui não presta, vamos embora para onde presta” (CALLIGARIS, 1993, p. 13). Dentro desta perspectiva, inquieto com a expressão corriqueira entre os locais de que “este país não presta!”, o autor refletiu que deveria “haver alguma razão que coloca os brasileiros, com respeito à própria identidade nacional, em uma curiosa exclusão interna [...]” (CALLIGARIS, 1993, p. 14).

O que Calligaris (1993) fez, de certa forma, foi colocar o “dedo na ferida”, ao explorar uma de nossas feridas narcísicas, talvez uma das mais profundas, o nosso “complexo de inferioridade” e a “necessidade de um pai”, representados difusamente no “este país não presta!”. Assim, em busca de respostas às suas inquietações, o autor vai propor que o problema tem a ver com a “umtegração”, um neologismo que tem a ver com “uma dificuldade relativa ao UM, ao qual uma nação refere os seus filhos, relativa ao significante nacional na sua história e na sua significação” (CALLIGARIS, 1993, p. 15). Um desdobramento dessa proposição é que se os brasileiros podiam falar do Brasil como se fossem estrangeiros, é que de alguma forma “Brasil”, “o UM das suas diferenças devia ser algo mais ou algo menos do que um traço identificatório fundando a filiação nacional [...]” (CALLIGARIS, 1993, p. 15).

Nessa direção, na falta desse “UM”, de acordo com o pensador italiano, os nativos tenderiam a ter uma necessidade de referenciais externos – paternos, segundo a terminologia freudiana – em seu imaginário, que se expressaria tanto pelo culto quanto pela repulsa, tanto pelo amor quanto pela subalternidade em relação a esse referencial, processo este construído a partir do relacionamento de duas personagens centrais, o

colonizador e o colono, que funcionariam como figuras retóricas dominantes do discurso brasileiro (CALLIGARIS, 1993). De fato, segundo o autor, “o certo seria dizer que, no discurso de cada brasileiro, seja qual for a sua história ou a sua posição social, parecem falar o colonizador e o colono” (CALLIGARIS, 1993, p. 16).

Santos (2002), ao refletir sobre os processos identitários no espaço-tempo da língua portuguesa, apontou que desde o século XVII, Portugal se mostrava um país semi-periférico no sistema mundial capitalista moderno. Portanto, o colonialismo português, uma vez tendo sido protagonizado por um país, ele mesmo semi-periférico, teria dado origem a um colonialismo subalterno, o que, por sua vez, remeteria as colônias a uma dupla colonização: por parte dos portugueses e dos países centrais (principalmente a Inglaterra).

Embora o papel e o legado da colonização portuguesa sejam presentes fortemente até os dias de hoje no Brasil, verifica-se que durante o final do período colonial, a elite nativa (uma oligarquia latifundiária), bem como uma burguesia industrial nascente (já no período de industrialização), iniciou um “afastamento” de Portugal e, concomitantemente, uma procura por outra (s) referência (s) estrangeira (s). Nesta direção, mesmo já independente, o Brasil iniciou um processo de colonização, agora auto induzida, saindo, portanto, de um ciclo lusitano, para o ciclo Paris-Londres e, finalmente, ao ciclo estadunidense (CALDAS, 2007).

Quanto ao ciclo de referência portuguesa, não resta dúvida quanto ao papel e ao legado do colonizador no imaginário e cultura locais, havendo reflexos nos mais vastos campos da vida social brasileira. Já a passagem do referencial lusitano para o ciclo Paris-Londres, deveu-se, basicamente, a um fator econômico, haja vista que os dois países eram grandes potências mercantis, sendo que, no caso brasileiro, houve um predomínio inglês, pois as relações econômicas e comerciais do país com os ingleses era mais estreita, principalmente a partir da independência política do Brasil, frente à metrópole portuguesa (*IDEM*).

O predomínio inglês no país, a partir do final do século XIX e início do XX, passou a ser contrabalançado pela nova potência mundial emergente, os Estados Unidos da América (EUA), e assim iniciou-se o ciclo estadunidense de referencial cultural brasileiro (MOURA, 1990). Neste sentido, entre as décadas de 30-60 do século passado, a influência dos EUA se fez sentir no Brasil de forma bastante acentuada, seja no plano econômico, das relações exteriores, políticas e comerciais, bem como na prática e no ensino de gestão (CALDAS, 2007).

Para Ianni (1979), a partir de um poderoso aparato institucional e da indústria cultural, os EUA lograram êxito na pretensão de exercer decisiva influência na América Latina, obtendo assim, uma hegemonia cultural, política, econômica e ideológica sobre a região e, é claro, sobre o Brasil também<sup>4</sup>. O golpe militar de 1964, no Brasil, deixou o Estado brasileiro a serviço da grande burguesia e da acumulação capitalista em larga

---

<sup>4</sup> Não podemos nos esquecer de que quando o *soft power* estadunidense não funcionava em direção aos seus interesses na região, os mesmos não exitavam em apoiar logística, econômica e/ou militarmente (inclusive com inteligência) golpes de estado em vários países da América do Sul e Central.

escala, evento este que alguns atribuem a um papel contributivo, para dizer o mínimo, de apoio dos EUA às burguesias locais (IANNI, 2004)<sup>5</sup>.

Ao se buscar explicações ao processo de reprodução do fenômeno do estrangeirismo, a partir mesmo de uma aproximação das condicionantes da fixação da mentalidade brasileira pela figura do estrangeiro, seria útil pensar em termos de suas raízes históricas (CALDAS, 2007; HOLANDA, 1995; RIBEIRO, 1995; IANNI, 1979), econômicas (CALDAS, 2007; IANNI, 2004), culturais (CALDAS, 2007; IANNI, 2004; RIBEIRO, 1995) e institucionais (CALDAS, 2007).

Seja como for, resta-nos a impressão de que o estrangeirismo como traço cultural brasileiro, poderia, até certo ponto, ser compreendido como um elemento profundo, invisível, que funcionaria quase que “automaticamente” dentro de cada nativo, conduzindo-nos a uma atitude de auto inferioridade e de fixação pelo estrangeiro, essencialmente, o estrangeiro oriundo do Norte Global.

### **O estrangeirismo e o campo dos estudos organizacionais no Brasil**

No campo dos estudos organizacionais, no país, também se apresentam esforços explicativos das condicionantes nacionais da fixação brasileira pela figura do estrangeiro. Caldas (2007), por exemplo, ao alegar que essa agenda de pesquisa é, sem dúvida, ambiciosa e urgente à pesquisa organizacional no Brasil, procurou refletir sobre a tendência de nossas organizações a mirar em casos bem-sucedidos de fora, bem como, num sentido mais amplo, na influência do estrangeiro na vida do brasileiro e em nossas organizações.

Motta, Alcadipani e Bresler (2001), por sua vez, destacaram a forma pela qual os traços culturais brasileiros – com ênfase no estrangeirismo – podem vir a influenciar na maneira como as pessoas são percebidas, administradas e controladas. O argumento central dos autores é que, no âmbito das organizações brasileiras em geral, e na gestão de pessoas, em particular, o estrangeirismo possui um forte papel de segregação, uma vez que “o estrangeiro sempre nos parece superior, mais culto, mais civilizado”.

Outros estudos buscaram estudar, a partir de uma postura epistemológica pós-moderna, parte da produção nacional de pesquisa voltada à cultura organizacional brasileira, de modo que tiveram que entrar nos traços tipicamente nacionais e seus reflexos na cultura organizacional, bem como por uma suposta “cultura organizacional que não presta”, ou seja, estudos organizacionais brasileiros nos quais predominam uma visão negativa da suposta cultura brasileira em relação a outras culturas, principalmente a estadunidense ou a de países considerados desenvolvidos (ALCADIPANI; CRUBELLATE, 2003).

---

<sup>5</sup> Após a II Guerra Mundial, a geopolítica do mundo é dividida em Primeiro Mundo (países ocidentais ricos), Segundo Mundo (países socialistas) e Terceiro Mundo (países subdesenvolvidos). O Brasil, neste período, fazia parte deste terceiro pelotão de países, um país “terceiro-mundista”. Num clima de guerra fria entre as duas grandes superpotências (EUA e URSS), vastas áreas do mundo passaram a ser objeto de disputa direta e/ou indireta entre as potências. No caso do Brasil, antes do golpe de 64, havia uma intensa polarização social e política, que culminou com a turbulenta deposição de Goulart e com o golpe militar. Não há dúvida de que os EUA apoiaram as elites locais na realização de vários golpes militares na América Latina (AL.), a fim de manter ou mesmo consolidar o seu domínio hemisférico.



No texto “Culturas brasileiras: entendendo perfis culturais no plural e em mutação”, Caldas (2009) partiu da ideia de que “aquilo que se convém chamar cultura nacional”, seria provável que coexistam múltiplas e diferentes culturas, sendo que, embora o Brasil tenha atraído, cada vez mais, a atenção estrangeira, ainda muito pouco se publicou sobre o perfil cultural do país, suas ambiguidades, bem como sobre possíveis desdobramentos futuros em relação a esse perfil. Nesta direção, o autor propõe um modelo conceitual a partir de uma representação da cultura brasileira contemporânea de um ponto de vista histórico, e ao mesmo tempo, busca oferecer algumas proposições teóricas relativas a possíveis deslocamentos da textura cultural brasileira – o que poderíamos chamar de “tendências culturais brasileiras”. Dentro desta perspectiva, e a partir de um espectro de um movimento homogeneizante e suas implicações, um dos fenômenos que possuiria grande poder homogeneizador no tocante à cultura brasileira seria o estrangeirismo, principalmente a partir do referencial anglo-saxônico, o que o autor denominou de “anglo-saxonização da cultura” (CALDAS, 2009).

Com o objetivo de contribuir para a sistematização do quadro sobre traços da cultura organizacional brasileira, tendo em vista os desafios para pesquisadores de gestão internacional para compreender a diversidade institucional e cultural dos ambientes de negócios internacionais, Wood Jr. e Chu (2008) desenvolveram um debate sobre os efeitos da globalização e da internacionalização dos negócios no que diz respeito à influência paralela dos valores e referenciais locais na constituição de culturas organizacionais. Deste estudo, duas visões predominaram: uma ideia de homogeneização, e outra que percebe a globalização “como um processo impulsionador de heterogeneidade”, sendo esta última relacionada com processos de hibridização.

Irigaray e Vergara (2010), em pesquisa de campo que envolveu mais ou menos diretamente a temática do estrangeirismo, procuraram determinar se as percepções dos expatriados que viviam no Brasil divergiam em função de suas nacionalidades. Quanto às conclusões, segundo os autores, pode-se considerar que há discrepância de percepções e que elas podem ser justificadas pelas diferenças nas nacionalidades. Por exemplo: os brasileiros são percebidos pelos expatriados como pessoas que conversam, sorriem, enxergam os europeus como frios, não cumprem prazos, valorizam diferentemente expatriados pertencentes a diferentes culturas [...]. (IRIGARAY, VERGARA, 2010). Outro aspecto a ser ressaltado pelos pesquisadores, é que mesmo atualmente, brasileiros reproduzem hábitos do Brasil colônia, havendo uma supervalorização do estrangeiro, até uma subserviência, ao mesmo tempo em que é buscado algum benefício material na relação (*IDEM*). Brasileiros são hospitaleiros com expatriados vindos da Europa e dos Estados Unidos; o mesmo não acontece com expatriados oriundos de países sul-americanos. É bem possível que ao se verem frente a estes, como em um espelho, brasileiros vejam a si mesmos e rejeitem a imagem de “não-profissionalismo” e “emoção”, não afinada com a “imagem de desenvolvimento” que europeus e norte-americanos podem passar (IRIGARAY; VERGARA, 2010, p. 59).

Mais recentemente, esforços foram empreendidos para tentar compreender, à luz da abordagem do estrangeirismo e do Complexo de Gulliver, como expatriados voluntários (EVs) de diferentes origens percebiam a relação do brasileiro com o estrangeiro (ARAÚJO; TEIXEIRA; MALINI, 2013). A partir deste olhar, procurou-se exercer uma abordagem explicativa que entende a relação do brasileiro frente ao estrangeiro permeada por uma certa ambivalência. Do ponto de vista psicanalítico, a

ambivalência, em linhas gerais, consiste na “presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente o amor e o ódio” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 17). Sob este espectro, o estrangeirismo poderia ser compreendido como uma dimensão da cultura brasileira, bipolar, representada, por um lado, pela solicitude do brasileiro para com o estrangeiro, e por outro, por um comportamento arrogante, guardando entre si, uma relação de compensação, que faria parte do denominado Complexo de Gulliver (ARAÚJO; TEIXEIRA; MALINI, 2013).

Tenha-se claro, que ao utilizarem-se do termo “Complexo de Gulliver”, os autores o tomaram como uma figura retórica a fim de compreender o estrangeirismo, e neste sentido, partem da ideia de que o brasileiro possui uma fixação pelo estrangeiro de países desenvolvidos e um desprezo pelas pessoas de países latino-americanos, visão esta – relação de inferioridade e de superioridade frente a diferentes estrangeiros – que os levou a uma associação com a obra “Viagens de Gulliver”. Ademais, o Complexo de Gulliver se aproxima da noção adleriana de Complexo de Inferioridade no que tange à referência aos mecanismos de compensação que as pessoas buscam para minimizar sentimentos de inferioridade. (ARAÚJO; TEIXEIRA; MALINI, 2013, p. 4).

Nesse sentido, se tomarmos como base a ideia de Brachfeld (1951), de que etnias e nações poderiam alimentar sentimentos de inferioridade em relação a outras, bem como desenvolver um sentimento de superioridade compensatório, poder-se-ia entender que o estrangeirismo pode se manifestar não somente pela fixação por determinados estrangeiros, mas também por mecanismos de compensação desse sentimento de inferioridade na relação com outros grupos, nações ou etnias ou até mesmo diante do mesmo grupo em relação ao qual as pessoas sintam-se inferiores (ARAÚJO; TEIXEIRA; MALINI, 2013, p. 5).

Assim, uma tal visão do estrangeirismo associada ao denominado “Complexo de Gulliver”, pode ser um veio criativo para se buscar compreender o primeiro fenômeno em suas ambiguidades e contradições, uma vez que faz algum sentido pensar metaforicamente o brasileiro como um “Gulliver” diante dos “gigantes” do chamado “Primeiro Mundo” e de “seres minúsculos” dos países latino-americanos (ARAÚJO; TEIXEIRA; MALINI, 2013).

Ainda no campo dos estudos organizacionais, esforços foram empreendidos no sentido de discutir sobre a influência da abordagem anglo-saxônica na análise das organizações brasileiras, bem como a hegemonia das teorias anglo-saxônicas dentro do campo de estudo, além dos currículos dos programas de graduação e de pós-graduação no país (RODRIGUES; CARRIERI, 2006). Preocupação semelhante sobre a trajetória dos estudos organizacionais, no país, já haviam sido sinalizados por Bertero e Keinert (1994), tendo como referência os anos 1961-1993, chegando mesmo a alertar à imperiosa necessidade de se criar perspectivas apropriadas ao contexto nacional. Na mesma linha, preocupada com a questão do estrangeirismo no campo dos estudos voltados à administração e organização, Vergara (2006) constatou a predominância de fontes estrangeiras frente às brasileiras, principalmente as de origem estadunidense; bem como a falta de hábito dos pesquisadores brasileiros de procurar por referências latino-americanas, contudo, ressaltou a maior presença dos autores brasileiros como referência. Bignetti e Paiva (2006), mostraram, entre outras coisas, o posicionamento

preferencialmente colonizado dos pesquisadores brasileiros quanto aos estudos estrangeiros nos campos da estratégia e dos estudos organizacionais.

Caldas e Alcadipani (2006), com o objetivo de discutir a gênese da referência estadunidense no imaginário e na cultura brasileira, bem como sua influência na gestão das empresas locais, empreenderam um estudo a partir de uma abordagem epistemológica pós-colonialista, sendo que um dos pontos destacados pelos autores foi a “adoração do estrangeiro no Brasil”, o que se procedeu por meio de uma análise do estrangeirismo e da cultura brasileira. Assim, ao relacionar a valorização do que vêm de fora com a cultura nacional, os autores afirmaram que o chamado “estrangeirismo” “é um dos nossos traços culturais marcantes” (CALDAS; ALCADIPANI, 2006, p. 262). Acrescente-se que Caldas (2007) sugere que a raiz desse comportamento nacional se encontra fortemente arraigada na cultura brasileira, sendo amplamente difundida na prática social.

Numa perspectiva descolonial, estudos mais recentes procuraram refletir sobre como a dignidade, a partir da vivência cultural dos expatriados latino-americanos no Brasil, seria projetada e simbolizada pelos mesmos. Neste sentido, partiu-se do pressuposto de que o estrangeirismo nativo tende a valorizar o estrangeiro e os seus referenciais ditos de “Primeiro Mundo”, do Norte Global. Consequentemente, a vivência cultural dos expatriados latino-americanos no país, tenderia a ser permeada por ausências, ou seja, o brasileiro apresentaria dificuldade de conviver com os saberes do outro latino-americano, o que iria na direção da violação da dignidade deste estrangeiro oriundo do Sul Global (MACHADO, 2016; 2015). Esta vulnerabilidade das relações, também se pode dar pela ênfase na adaptação/ajustamento cultural do expatriado, portanto, denunciar os limites desta perspectiva e propor a ideia de uma adaptação intercultural na expatriação, implicaria na exigência, de uma lógica de ecologia de saberes, portanto, numa perspectiva emancipatória e intercultural (MACHADO, 2015; 2015a).

Embora estejamos a refletir sobre o estrangeirismo enquanto um traço cultural brasileiro, caberia ressaltar que o fenômeno não é uma exclusividade nativa, visto mesmo que tal característica cultural encontra-se em outras ex-colônias latino-americanas, bem como em outros países “periféricos” sob a influência de países ditos de “Primeiro Mundo” (CALÁS; ARIAS, 2007). Dentro desta linha de raciocínio, seria razoável admitir que o fenômeno possa ter traços específicos em cada uma dessas sociedades (CALDAS, 2007).

### **Para um repensar do conceito de estrangeirismo**

Diante do exposto até este momento, crê-se que não haja dúvida quanto à existência do estrangeirismo entre os brasileiros, assim como sobre os efeitos deste fenômeno em várias dimensões da vida social nativa, como por exemplo, a cultural, a econômica, a institucional, a educacional, inclusive no âmbito dos estudos administrativos e organizacionais etc.

Nesse sentido, vale a pena retomar o estudo de Irigaray e Vergara (2010), que partindo da premissa de que as percepções de expatriados de culturas diferentes acerca da cultura brasileira, também seriam diferentes, consideraram que é possível diagnosticar que a sociedade brasileira sofre da Síndrome de Estocolmo, ou seja, ela se

apaixonou pelos seus sequestradores (os valores eurocêntricos e visões norte americanas), com os quais manteria uma prazerosa relação masoquista.(IRIGARAY; VERGARA, 2010)

Contudo, no nosso entender, o estrangeirismo sozinho, talvez não fosse suficiente para explicar a não busca por identificação dos nativos para com os outros povos latino-americanos. O que se está a tentar dizer, é que subjacentemente ao fenômeno denominado estrangeirismo, que possui um caráter essencialmente cultural, estariam a funcionar outros “mecanismos” influenciadores de uma atitude nativa subserviente.

Nesse aspecto, seria útil lembrarmo-nos da figura do proto-brasileiro, desamparado e nomeado de “zé-ninguém” por Ribeiro (1995); o “complexo de inferioridade” e da “necessidade de um pai”, aventados por Calligaris (1993); a bipolaridade representada pela solicitude e pela arrogância brasileira para com o estrangeiro, guardando entre si, uma relação de compensação, o que se poderia chamar de um Complexo de Gulliver (ARAÚJO; TEIXEIRA; MALINI, 2013); além, é claro, das condicionantes da fixação da mentalidade nativa pela figura do estrangeiro, a partir de suas raízes históricas (CALDAS, 2007; HOLANDA, 1995; RIBEIRO, 1995; IANNI, 1979), econômicas (CALDAS, 2007; IANNI, 2004), culturais (CALDAS, 2007; IANNI, 2004; RIBEIRO, 1995) e institucionais (CALDAS, 2007).

Assim, à guisa de uma tentativa de síntese, considerando-se a tendência à valorização do estrangeiro oriundo do Norte Global pelos brasileiros, principalmente a Europa e Estados Unidos, e uma certa repulsa pelos estrangeiros do Sul Global (no caso latino-americanos), o nosso posicionamento é que o estrangeirismo poderia ser compreendido como um traço cultural brasileiro permeado por uma ambivalência que alimenta sentimentos de inferioridade em relação a uns, e desenvolve sentimentos de superioridade compensatório em relação a outros, e que em sua dimensão dita mais objetiva (histórica, econômica, cultural, política, institucional, entre outras), reproduz-se no imaginário sociocultural nativo.

### **Considerações finais**

Ao se refletir sobre os desafios à interculturalidade entre brasileiros e os outros latino-americanos, coube-nos reconhecer que a ideia de reconhecimento dos saberes tornou-se central em nossa linguagem, uma vez que se trata de uma ideia qualificadora do conceito de adaptação intercultural, no lugar de um usual e até mesmo esperado, ajustamento cultural do estrangeiro (MACHADO; TEIXEIRA, 2015a). Na mesma linha, entende-se que a dignidade no âmbito organizacional, também deveria contemplar uma perspectiva intercultural e emancipatória (MACHADO; TEIXEIRA, 2016). O reconhecimento de saberes e direitos, representado pela existência de uma ecologia dos saberes, possui uma natureza relacional, o que traz a necessidade de considerá-la a partir de uma rede de relações complexas.

Dentro dessa perspectiva, e diante da discussão teórica estabelecida, parece ser crível que o estrangeirismo, enquanto um traço cultural brasileiro, poderia ser visto como um fenômeno que vai na contramão da busca do interconhecimento, da interculturalidade mesma, considerando-se o relacionamento complexo entre brasileiros

e os outros latino-americanos. Evidências empíricas sobre esta questão podem ser encontradas na pesquisa empreendida por Machado (2015).

A evocada complexidade, aqui empregada, tem a ver com um olhar do investigador sobre o fenômeno em foco, a partir mesmo da busca do conflito e do diálogo respeitoso, tanto entre o nós e os outros, quanto entre o nós e nós mesmos”, pois temos a compreensão de que esta reflexão crítica sobre o “nós mesmos” é importante para nos desvencilharmos, aos poucos, de uma mentalidade colonizada, sem o que, é provável, continuaremos a reproduzir, alternadamente, a arrogância do dominador e a submissão do dominado.

Entende-se que o presente artigo contribui para o campo dos estudos organizacionais, especialmente, à linha temática de organizações e interculturalidade. Nesta direção, pretendeu-se avançar sobre os entendimentos voltados ao estrangeirismo, por meio de uma nova proposição conceitual, cuja inovação consiste em procurar trazer alguns aspectos que ressaltavam a ambivalência e a complexidade deste traço cultural nativo, assim como relacioná-lo com uma mentalidade colonizada do mesmo.

Ao se propor que o estrangeirismo nativo obstaculiza a adaptação intercultural com os outros latino-americanos, busca-se chamar a atenção à possível influência sobre a maneira pela qual os nativos buscam não se identificar com o outro, ou mesmo à sua rejeição, o que, no nosso entendimento, invariavelmente tende a vulnerar os relacionamentos, isto é, gerar violação da dignidade. O presente estudo possui um caráter de denúncia social, pois reconhece-se algumas das dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros de origem latino-americana no Brasil, o que se se choca com a crença tão disseminada entre os nativos acerca de sua “hospitalidade natural”.

Ampla literatura sobre o estrangeirismo no contexto sociocultural brasileiro indica e mesmo explica, como os nativos lidam com referências oriundas do Norte Global, vindo mesmo a expressar, de alguma maneira, uma atitude de dependência e submissão. No entanto, há motivos para suspeitar que o estrangeirismo não seja somente uma especificidade nativa. Nesta direção, não se é equivocado considerar a influência cultural anglo-saxônica, principalmente estadunidense, como hegemônica em relação ao Brasil, assim como em relação à América Latina, em geral, sendo que tal inferência se fundamenta tanto em ampla literatura disponível quanto por algumas evidências empíricas (ver MACHADO, 2015; CALÁS; ARIAS, 2007).

Causa-nos preocupação o fato de que, ao estabelecer uma fixação pelo que vem de fora, o nativo, amplamente falando, produz uma profunda ausência sobre si mesmo, o que, defende-se aqui, possui lastro em uma mentalidade colonizada, relacionada a processos sócio-históricos de auto-exclusão, de não identificação consigo mesmo. Do nosso ponto de vista, e neste momento permitindo-nos pensar de forma meramente especulativa, parece-nos que o nativo desenvolveu uma maneira relativamente

“sadomasoquista”<sup>6</sup> de lidar consigo e com o outro do Sul e do Norte Global, respectivamente, a partir mesmo de um conflito intersubjetivo dominação-submissão.

Várias outras produções de ausência de si poderiam se manifestar por influência, mais ou menos direta, do estrangeirismo, por exemplo, a falta de apreço de si – baixa autoestima, bem como a outros fenômenos relacionados, tais como o efeito espelho negativo, o Complexo de Inferioridade e o Complexo de Gulliver. Dentro desta perspectiva, o descentramento referencial de si mesmo, a partir do qual o nativo produz não existência em relação a si próprio, portanto, violação da dignidade de si, por vezes depreciando-se ou superestimando-se, poderia ter alguma relação, também, com uma certa distorção de “autopercepção”, como a crença de que nós brasileiros temos uma capacidade superior de nos relacionarmos com outras culturas.

Além disso, o não reconhecimento dos seus saberes nativos próprios, bem como do outro latino-americano, funcionaria como um elemento importante do ponto de vista da produção de relações não dignas, pois o não se reconhecer, exerceria uma influência sobre a forma negativa com a qual o nativo se identifica com o Sul, pois ao não se identificar com aquilo que se é, logo, o nativo reconheceria o conhecimento do outro do Norte Global, reforçando-se assim, uma mentalidade colonizada.

Nessa direção, é possível considerar que a existência de um estrangeirismo latino-americano, ou seja, para além da realidade exclusivamente brasileira, seria um elemento complicador à construção de relações sociais interculturais dentro deste espectro sócio-geográfico-cultural. Esta visão depreende-se da constatação de uma construção histórica de submissão à influência exercida pelos países dos centros mais dinâmicos globais, o que nós poderíamos denominar de “o Norte do Norte Global”, o que pode impor maiores desafios à construção de relações mais fraternas num horizonte Sul-Sul, mesmo dentro da América do Sul.

De fato, é de se reconhecer que o processo de colonização deixou marcas profundas na subjetividade dos povos colonizados, de modo que, no caso brasileiro, a atitude “instável” do nativo em relação a si próprio, e em relação ao expatriado latino-americano, mostra-se especialmente intrigante. Nesta linha, é provável que os nativos reproduzam aquilo que aprenderam historicamente na relação com o colonizador, isto é, que venham a reconhecer os seus próprios saberes quando produzirem não reconhecimento dos saberes do outro, neste caso, o outro latino-americano.

Como recomendações para futuras pesquisas, poder-se-iam considerar algumas questões norteadoras, quais sejam: Como o estrangeirismo nativo influenciaria a vivência de pessoas oriundas do Norte Global no Brasil? Como seria a projeção e a simbolização da dignidade dessas pessoas em sua vivência no país? Como a fixação pelo que vem de fora, influenciaria a vivência de brasileiros expatriados, tanto no Sul quanto no Norte Global? Como se desenvolveriam e se disseminariam os movimentos de autopromoção do Ocidente, promotores de um racismo-epistêmico-eurocêntrico, bem como seus desdobramentos na tessitura sociocultural em sociedades periféricas e semi-periféricas? E como essas sociedades periféricas/semi-periféricas reagem a tais

---

<sup>6</sup> De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), trata-se de uma expressão que ao mesmo tempo em que enfatiza o que pode existir de assimétrico-complementar nas perversões sádica e masoquista, designaria também um par de opostos fundamental na evolução e nas manifestações pulsionais.

movimentos? Como seriam as dinâmicas do fenômeno do estrangeirismo em outros países latino-americanos? Como se manifestam as ambiguidades dos brasileiros em relação à sua latinidade? Outra frente de pesquisa que se mostra promissora é o estudo da dignidade dos expatriados latino-americanos em sua vivência no Brasil, a partir de outras regiões brasileiras, que não em São Paulo, uma vez que se tem em vista a diversidade de perfis culturais nativos.

## Referências

ALCADIPANI, R.; CRUBELLATE, J. M. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. **RAE**, v. 43, n. 2, p. 64-77, Abr./Jun., 2003.

ARAÚJO, B. F. V. B.; TEIXEIRA, M. L. M.; MALINI, E. Estrangeirismo e Complexo de Gulliver: brasileiros na percepção de expatriados voluntários em posições gerenciais de empresas. **Organização & Sociedade (Online)**, 2013.

BARUKI, L. V. R. P.; BERTOLIN, P. T. M.; DIAS, V. C. S. F. Migrantes clandestinos na região central de São Paulo: a inclusão perversa. *In*: BOGGIO, P. S.; CAMPANHÃ, C. (Orgs.). **Família, gênero e inclusão social**. São Paulo: Memnon, 2009.

BRACHFELD, O. **Inferiority feelings**: in the individual and the group. New York: Grune & Stratton, Inc., 1951.

BAENINGER, R. O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. *In* BRITO, F; BAENINGER, R. (Orgs.). **População e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2008.

\_\_\_\_\_. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. *In* BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. M. A evolução da produção brasileira em análise organizacional a partir dos artigos publicados pela RAE no período de 1961-93. **Revista de Administração de Empresas**, n. 34, p. 81-90, 1994.

BIGNETTI, L. P.; PAIVA, E. L. Análise de gestão estratégica no Brasil: um estudo sobre os autores mais citados pelos pesquisadores. *In*: CHANLAT, J-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Análise das organizações**: perspectivas latinas, vol. 1, Porto Alegre: Editora da URGs, 2006.

BORBA, L. R. Entre a casa grande e a senzala: enunciados sobre a formação do português fala no Brasil. **Stockholm Review of Latin American Studies**, Issue No. 8, March 2012.

BORGES, V. R. Cultura, natureza e história na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 89-114, 2006.



CALDAS, M. P.; ALCADIPANI, R. Americanização pós-colonialismo: a gênese da referência norte-americana na cultura e na gestão no Brasil. *In: CHANLAT, J-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). Análise das organizações: perspectivas latinas*, vol. 1, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Santo de casa não faz milagre: condicionantes nacionais e implicações organizacionais da fixação brasileira pela figura do “estrangeiro”. *In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Orgs.). Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. Culturas brasileiras: entendendo perfis culturais no plural e em mutação. *In: BARBOSA, L. (Coord.). Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros*. São Paulo: Atlas, 2009.

CALÁS, M. B.; ARIAS, M. E. Compreendendo as organizações latino-americanas: transformação ou hibridização? *In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Orgs.). Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 2007.

CALLIGARIS, C. *Hello Brasil!*: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paul: Escuta, 1993.

CANDIDO, A. Feitos da burguesia. *Opinião*, n. 202, 17 de setembro de 1976.

CHRISTINO, B. “Português de gente branca?” certas relações entre língua e raça na década de 1920. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

\_\_\_\_\_. O papel do negro na formação do português brasileiro na visão de estudiosos dos anos 1920 a 1945. *Centro de Documentação em Historiografia da Linguística- CEDOCH*. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim7\\_45-60.pdf](http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim7_45-60.pdf). Acesso em: 31/05/2013.

CONTIER, A. D. Mário de Andrade e a música brasileira. *Revista Música*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 33-47, Maio, 1994.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

GONZÁLEZ, J. M. R.; OLIVEIRA, J. A. Os efeitos da expatriação sobre a identidade: estudo de caso. *Cad. EBAPE.BR*, v. 9, n. 4, Rio de Janeiro, Dec. 2011, pp. 1122-1135.

GUERREIRO RAMOS, A. *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Minidicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, O. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.



IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ILARI, R. Independência política e ideologia linguística no Brasil do século XIX. **Stockholm Review of Latin American Studies**, Issue No. 8, March 2012.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C. Expatriados no Brasil: diferentes nacionalidades, diferentes percepções. **Revista Gestão.Org**, v. 8, n. 1, p. 49-60, Jan./Abr. 2010.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário de psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACHADO, M. M. **Caminhos da adaptação intercultural na expatriação: uma cartografia simbólica da dignidade de latino-americanos no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

\_\_\_\_\_.; TEIXEIRA, M. L. M. Adaptação intercultural na expatriação: em busca de um conceito. **III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – CBEO**, UFES-Vitória/ES, 28 a 30 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Dignidade nas organizações: um olhar para além do moderno. **IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO**, Belo Horizonte/MG, 15 a 17 de maio de 2016.

MARTINS, V. L. B.; MONTEIRO, J. A. A. Língua Portuguesa Brasileira – Essa estrangeira nossa de cada dia. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v.4, n.1, maio/2005. Disponível em: <http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/>.

MOURA, G. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1990.

MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. B. A valorização do estrangeiro como segregação nas organizações. **RAC**, Edição Especial, p. 59-79, 2001.

NASCIMENTO, E. M. F. S.; SANTOS, M. T. M. Publicidade na revista O Cruzeiro: estrangeirismo, manipulação cultural e ideológica. **Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras**, Franca (SP), v. 6, n. 1, p. 125-142, Jan./Jun., 2010.

REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, Jan./Jun. 2011.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A influência da abordagem anglo-saxônica na análise das organizações no Brasil. In: CHANLAT, J-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Análise das organizações: perspectivas latinas**, vol. 1, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

SANTOS, B. S. Between Prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism, and inter-identity. **Luso-Brazilian Review**, v. 32, n, 2, p. 9-43, 2002.

\_\_\_\_\_.; MENESES, M, P. Introdução. *In* SANTOS; B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina e CES, 2010.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

VERGARA, S. C. Análise organizacional no Brasil: em busca da independência intelectual. *In*: CHANLAT, J-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Análise das organizações: perspectivas latinas**, vol. 1, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

WOOD JR., T.; CHU, R. A. Cultura organizacional brasileira pós-globalização: global ou local? **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 969-991, Set./Out., 2008.